

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

**DESEMPENHO NO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2014**

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Informações Financeiras individuais e consolidadas do semestre encerrado em 30 de junho de 2014 do Banco ABC BRASIL S.A.

**Banco ABC BRASIL S.A.**

O Banco ABC BRASIL S.A. é um banco múltiplo, especializado na concessão de crédito e serviços para empresas de médio a grande porte, um dos únicos do país a contar com suporte de um controlador internacional e autonomia local.

O Banco está presente no Brasil desde 1989, quando iniciou a construção de uma sólida base de clientes corporative, oferecendo produtos financeiros de alto valor agregado. A partir de 2005, passou a atuar também no segmento de empresas médias.

O Banco é reconhecido pela profunda expertise na análise e concessão de crédito, e oferece aos clientes um amplo portfólio de produtos e serviços.

O Banco ABC Brasil S.A. (ABCB4) está listado no nível 2 de governança corporativa da bolsa de valores de São Paulo (BM&FBOVESPA).

**ESTRUTURA ACIONÁRIA**

A estrutura acionária do Banco ABC Brasil S.A. era a seguinte em 30 de junho de 2014: Arab Banking Corporation (58,0%); Mercado (32,4%); Administradores e Conselheiros (6,6%); e Ações em Tesouraria (3,0%).

**RENTABILIDADE DOS NEGÓCIOS**

O Banco ABC Brasil S.A. apresentou um lucro líquido de R\$ 150,5 milhões no primeiro semestre de 2014 (R\$ 122,4 milhões no mesmo período de 2013), representando uma rentabilidade anualizada sobre o patrimônio médio de 15,3% no período (14,1% no primeiro semestre de 2013).

O aumento do resultado do banco em relação ao mesmo período do ano anterior reflete, principalmente, o aumento das carteiras de crédito do banco e das receitas de prestação de serviços, e a menor despesa com provisão para devedores duvidosos.

Foi destinado aos acionistas, a título de juros sobre o capital próprio, o valor bruto total de R\$ 47,8 milhões, o que representa um valor bruto de R\$ 0,33 por cada ação ordinária e cada ação preferencial, observadas as disposições legais atinentes à retenção de impostos, sendo os juros relativos ao primeiro semestre de 2014. O Banco ofereceu aos acionistas a possibilidade de reinvestir os juros sobre o capital próprio distribuídos através da emissão de novas ações (Nota Explicativa 25 b/c).

**CARTEIRA DE CRÉDITO**

A carteira de crédito incluindo garantias prestadas atingiu R\$ 18.271,4 milhões ao final do primeiro semestre de 2014 (R\$ 15.992,9 milhões ao final do mesmo período de 2013). Ao final do semestre, a carteira de crédito apresentou um índice de créditos classificados de AA-C em relação à carteira total de créditos de 97,2% (sendo 96,8% ao final do primeiro semestre de 2013). O saldo de provisão para devedores duvidosos representou 1,9% do total da carteira ao final do primeiro semestre de 2014 (2,0% ao final do primeiro semestre de 2013).

**IN CVM 381/03**

Em atendimento à Instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, que dispôs sobre a necessidade da divulgação, pelas entidades auditadas, de informações sobre a prestação de serviços pelo auditor independente, o Banco ABC Brasil S.A., informa que os serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras do Banco e suas controladas são prestados pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S.

Não foram prestados quaisquer serviços não relacionados à auditoria.

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos. Estes princípios consistem em: 1) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; 2) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; 3) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

**CARTEIRA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Ao final do período, o Banco ABC Brasil S.A. possuía R\$ 547,2 milhões em títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento" conforme a Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil. O Banco tem capacidade financeira e intenção de mantê-los até o vencimento.

**Cláusula Compromissória de Arbitragem**

O Banco ABC Brasil S.A. está vinculado à arbitragem na câmara de arbitragem do mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu estatuto social.

**GESTÃO DE RISCO**

**1 - Risco corporativo**

O Banco ABC Brasil entende que a gestão de risco é um processo que visa à criação e preservação do valor da instituição, propiciando garantia razoável de que eventos que possam afetá-la sejam identificados e, ato contínuo, geridos de acordo com seu apetite de risco. Para tanto, mantém estruturas específicas visando atender às Resoluções nºs 3.380/06, 3.464/07, 3.721/09 e 4.090/12 do Banco Central do Brasil, que regem as atividades de gestão de risco operacional, mercado, crédito e liquidez, respectivamente. As informações referentes à gestão de risco em atendimento às resoluções mencionadas e à Circular nº 3.477/09 do Banco Central do Brasil (revogada e substituída pela Circular nº 3.678/13 a partir de 30 de junho de 2014) estão disponíveis no site do Banco ABC Brasil S.A. (www.abcbrazil.com.br > relações com investidores > serviços > r > fatores de risco > estrutura de gestão de risco - Banco ABC Brasil).

A Gestão do Risco Corporativo é responsabilidade de todas as áreas e colaboradores, que devem executar suas atividades da melhor maneira e informar tempestivamente os riscos, falhas e deficiências de controles às áreas com condições de tratá-los. É exercida, porém, de forma centralizada na Vice-Presidência de Gestão de Riscos e Crédito.

A estrutura de governança do Banco baseia-se na regulação da Bolsa de Valores de São Paulo, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Banco Central do Brasil, contando com órgãos como Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal, além de colégios internos, como: Comitê de Risco do Conselho, Diretoria Colegiada, outros comitês operacionais como o Comitê de Crédito e Comitê Financeiro. O Conselho de Administração é responsável pela definição do apetite de risco da Instituição, pela aprovação das estratégias de negócios e pela manutenção de padrões elevados de governança. Deve garantir a efetividade do arcabouço de gestão de risco, provendo independência e recursos para seu bom funcionamento. Recebe para isto o suporte dos órgãos e comitês criados para este fim.

A Diretoria Executiva cabe a execução das definições do Conselho de Administração e a gestão das atividades da instituição.

**2 - Risco operacional**

O Banco reconhece que o Risco Operacional constitui uma categoria específica e como tal deve ser gerenciado. Deve abranger toda a instituição, envolvendo todos seus colaboradores, incluindo serviços prestados por terceiros, e considerando seus processos, atividades, sistemas, produtos e estrutura física. A gestão do risco operacional contempla também os riscos legais, contando com o suporte da Área Jurídica. A gestão de riscos operacionais está organizada em três linhas de defesa: 1) os gestores das diversas áreas; 2) a Área de Gestão de Riscos e o Comitê de Risco Operacional; e 3) a Auditoria Interna.

A gestão baseia-se na contínua identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos por meio de ferramentas específicas. A efetividade das ações é reforçada pela comunicação tempestiva à Administração, pelo envolvimento dos colaboradores e pelos esforços de disseminação da cultura de gestão de risco.

**3 - Risco de mercado e liquidez**

A gestão dos riscos de mercado e de liquidez é exercida utilizando-se de informações internas e de ferramentas operadas pela Área de Gestão de Riscos, que centraliza as atividades de controle, monitorando a exposição das carteiras e os níveis aceitáveis de liquidez atuais e futuros.

A Tesouraria executa as decisões do Comitê Financeiro e administra posições proprietárias dentro dos limites determinados para sua atuação, gerindo também a captação e aplicação de recursos do caixa e os descausamentos entre entradas e saídas. O Comitê Financeiro discute formalmente as exposições em suas reuniões semanais e traça a estratégia para o período seguinte.

A Área de Gestão de Riscos prevê informações diárias à Administração, à Tesouraria e a membros do Comitê Financeiro, além de elaborar relatórios específicos para o Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria. Adicionalmente, deve divulgar o apetite de risco do Banco às áreas envolvidas na gestão da liquidez e do risco de mercado e na criação de novos produtos ou atividades.

**4 - Risco de crédito**

O Banco, por operar com clientes corporativos tanto de grande, quanto de médio porte, optou por criar estruturas especializadas para a análise e concessão de crédito para ambos os nichos, com o objetivo de ser mais eficiente e preciso nas análises, estabelecimento de limites e definição das garantias exigidas. A aprovação das linhas é de responsabilidade dos Comitês de Crédito até os limites de suas alçadas. Acima disto, a aprovação é exclusiva do Comitê de Risco do Conselho de Administração.

A gestão é atribuída das Áreas de Crédito no que se refere às linhas individuais a clientes e grupos econômicos. Contam com suporte das Áreas Operacionais para garantir que os riscos estejam nos limites estipulados e que as garantias estejam nos padrões requeridos de cobertura e qualidade.

A Área de Gestão de Risco acompanha os créditos do ponto de vista de carteira, monitorando concentrações e avaliando os impactos de cenários adversos. Os relatórios gerados são enviados regularmente ao Comitê de Risco do Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria e à Diretoria Executiva.

**5 - Gestão de capital**

A gestão de capital é conduzida em conjunto pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração com base em atividades coordenadas pela Área de Planejamento e Controle Financeiro, que é também responsável pela estruturação do plano estratégico anual e pelo acompanhamento do orçamento. Participam do processo também as áreas de Controle e Gestão de Riscos e de Controladoria, que contribuem com informações, subsídios e avaliações complementares. As informações referentes à gestão de capital em atendimento à Resolução nº 3.988/11 do Banco Central do Brasil estão disponíveis no site do Banco ABC Brasil S.A. (www.abcbrazil.com.br > relações com investidores > serviços > r > fatores de risco > estrutura de gestão de capital - Banco ABC Brasil).

**6 - Comitê de remuneração**

O Banco conta com um Comitê de Remuneração constituído na assembleia geral ordinária ocorrida dia 30/04/2012, e tem como atribuições: (i) elaborar a política de remuneração de administradores do Banco, propondo ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento; (ii) supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração de administradores da instituição; (iii) revisar anualmente a política de remuneração de administradores da instituição, recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento; (iv) propor ao Conselho de Administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à assembleia geral, na forma do art. 152 da lei das sociedades por ações; (v) avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores; (vi) analisar a política de remuneração de administradores da instituição em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários; (vii) zelar para que a política de remuneração de administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada da instituição e com a regulamentação aplicável; e (viii) elaborar anualmente, no prazo de noventa dias a contar de 31 de dezembro de cada ano, documento denominado Relatório do Comitê de Remuneração, na forma prevista na Resolução nº 3.921/10 do Conselho Monetário Nacional.

**7 - Risco de conformidade**

É de responsabilidade da área de Compliance assegurar que haja políticas e processos (controles) para atender às exigências normativas dos órgãos reguladores e para prevenir e combater a lavagem de dinheiro. Atua também na orientação e conscientização, visando cobrir atividades e condutas que possam causar danos à imagem da Instituição. Ademais, define e aplica normas e políticas de Segurança da Informação, propondo mudanças operacionais ou tecnológicas para proteger a imagem do banco e a confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações.

São Paulo, 31 de julho de 2014

**A ADMINISTRAÇÃO**

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**

Semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Banco		Consolidado	
	2014	2013 (reapresentado)	2014	2013 (reapresentado)
Recursos de terceiros	12.062.381	10.013.416	12.065.311	10.021.106
Depósitos	4.244.772	3.255.448	4.244.572	3.255.187
Depósitos à vista	42.865	71.925	42.665	71.664
Depósitos interfinanceiros	343.124	470.726	343.124	470.726
Depósitos a prazo	3.858.783	2.712.797	3.858.783	2.712.797
Captações no mercado aberto	126.491	124.597	126.491	124.597
Carteira de livre movimentação	126.491	124.597	126.491	124.597
Recursos de aceites e emissão de títulos	3.050.289	1.613.327	3.050.289	1.613.327
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de créditos e similares	3.044.300	1.607.121	3.044.300	1.607.121
Obrigações para títulos e valores mobiliários no exterior	5.031	6.206	5.031	6.206
Certificados de operações estruturadas	958	402	958	402
Relações interfinanceiras	2.106	402	2.106	402
Recebimentos e pagamentos a liquidar	2.106	402	2.106	402
Relações interdependências	18.643	27.037	18.643	27.037
Recursos em trânsito de terceiros	18.643	27.037	18.643	27.037
Obrigações por empréstimos	1.983.889	2.167.644	1.983.889	2.167.644
Empréstimos no exterior	1.983.889	2.167.644	1.983.889	2.167.644
Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais	782.713	606.020	782.713	606.020
BNDES	420.049	272.038	420.049	272.038
FINAME	340.613	322.201	340.613	322.201
Outras instituições	22.051	11.781	22.051	11.781
Outras instituições	110.922	-	110.922	-
Obrigações por repasses no exterior	110.922	-	110.922	-
Instrumentos financeiros derivativos	77.539	135.526	77.539	135.526
Instrumentos financeiros derivativos	77.539	135.526	77.539	135.526
Outras obrigações	1.665.017	2.083.415	1.668.147	2.091.366
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	1.053	1.213	1.053	1.213
Carteira de câmbio	1.412.991	1.459.977	1.412.991	1.459.977
Sociais e estatutárias	51.270	53.458	51.270	53.458
Fiscais e previdenciárias	120.414	152.707	123.533	160.640
Negociação e intermediação de valores	3.909	31.454	3.909	31.454
Dividas subordinadas	15.803	15.897	15.803	15.897
Diversas	59.577	368.709	59.588	368.727
Exigível a longo prazo	4.099.119	4.563.454	4.104.591	4.563.465
Depósitos	252.031	404.245	252.031	404.245
Depósitos interfinanceiros	10.946	34.632	10.946	34.632
Depósitos a prazo	241.085	369.613	241.085	369.613
Recursos de aceites e emissão de títulos	1.224.686	1.571.801	1.224.686	1.571.801
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de créditos e similares	993.066	1.321.801	993.066	1.321.801
Obrigações para títulos e valores mobiliários no exterior	231.620	250.000	231.620	250.000
Obrigações por empréstimos	-	4.478	-	4.478
Empréstimos no exterior	-	4.478	-	4.478
Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais	1.363.059	1.280.320	1.363.059	1.280.320
BNDES	469.691	397.192	469.691	397.192
FINAME	875.369	883.128	875.369	883.128
Outras instituições	17.999	-	17.999	-
Repasses no exterior	176.200	-	176.200	-
Obrigações por repasses no exterior	176.200	-	176.200	-
Instrumentos financeiros derivativos	10.303	11.853	10.303	11.853
Instrumentos financeiros derivativos	10.303	11.853	10.303	11.853
Outras obrigações	1.072.840	1.290.757	1.078.312	1.290.768
Carteira de câmbio	-	221.500	-	221.500
Sociais e estatutárias	315	315	315	315
Fiscais e previdenciárias	88.486	74.905	93.958	74.905
Dividas subordinadas	982.067	991.931	982.067	991.931
Diversas	1.972	2.106	1.972	2.117
Resultado de exercícios futuros	27.871	24.788	27.871	24.788
Receitas de exercícios futuros	27.871	24.788	27.871	24.788
Patrimônio líquido	2.031.400	1.781.157	2.031.400	1.781.157
Capital social	1.150.985	1.078.190	1.150.985	1.078.190
De domiciliados no País	502.407	472.644	502.407	472.644
De domiciliados no exterior	648.578	605.546	648.578	605.546
Reserva de capital	17.777	7.442	17.777	7.442
Reserva de lucros	819.601	640.560	819.601	640.560
Ajustes de avaliação patrimonial	(4.842)	(1.033)	(4.842)	(1.033)
Ações em tesouraria	(47.305)	(17.392)	(47.305)	(17.392)
Lucros acumulados	95.184	73.390	95.184	73.390
Total do passivo	18.220.771	16.382.815	18.229.173	16.390.516

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais)

	Banco		Consolidado	
	2014	2013 (reapresentado)	2014	2013 (reapresentado)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	1.041.900	-	1.041.900	-
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	-
Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos	-	-	-	-
Aquisição de ações próprias	-	-	-	-
Aumento de capital	36.290	-	36.290	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-
Destinação - Reserva legal	-	-	-	-
Constituição de reserva	-	-	5.032	-
Saldos em 30 de junho de 2013 (reapresentado)	1.078.190	7.442	80.951	504.609
Saldos em 31 de dezembro de 2013 (reapresentado)	1.113.920	11.739	88.126	668.951
Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos	-	-	-	-
Aquisição de ações próprias	-	-	-	-
Aumento de capital	37.065	-	37.065	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-
Destinação - Reserva legal	-	-	7.524	-
Constituição de reserva	-	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2014	1.150.985	17.777	95.650	668.951

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**

Semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais)

	Banco		Consolidado	
	2014	2013 (reapresentado)	2014	2013 (reapresentado)
Apuração do valor adicionado	-	-	-	-
Recursos de terceiros	733.766	810.508	742.354	817.367
Recursos de prestação de serviços	682.349	720.758	690.937	727.621
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	82.830	77.444	82.830	77.444
Outras receitas operacionais	(40.433)	(48.222)	(40.433)	(48.222)
Despesas de intermediação financeira	(310.217)	(497.290)	(310.217)	(497.290)
Insusos adquiridos de terceiros	(71.709)	(40.802)	(71.693)	(40.861)
Processamento de dados e telecomunicações	(6.115)	(5.577)	(6.137)	(5.607)
Serviços de terceiros	(2.801)	(2.587)	(2.670)	(2.428)
Serviços de sistema financeiro	(6.969)	(6.471)	(6.975)	(6.478)
Serviços técnicos especializados	(5.044)	(4.021)	(5.085)	(4.065)
Despesas de viagem	(2.342)	(1.740)	(2.342)	(1.740)
Promoções e relações públicas	(967)	(1.026)	(967)	(1.026)
Outras despesas operacionais	(37.338)	(12.326)	(37.338)	(12.331)
Resultado não operacional	(2.291)	(521)	(2.291)	(546)
Outras despesas administrativas	(7.842)	(6.533)	(7.928)	(6.640)
Retenções				

\* continuação

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**30 de junho de 2014 e 2013**  
**(Em milhares de reais)****1. CONTEXTO OPERACIONAL**

O Banco é uma sociedade anônima de capital aberto controlada do Arab Banking Corporation que tem sede em Bahrain. No Brasil, o Banco tem como objetivo a prática de operações ativas e passivas inerentes às atividades de banco múltiplo, estando autorizado a operar com as carteiras: comercial, inclusive de câmbio, de investimento, de crédito, financiamento e investimento e de crédito imobiliário. O Banco opera através das dependências instaladas no País e no exterior através de sua dependência localizada em Georgetown, Grand Cayman (nota 22).

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, CRITÉRIOS DE CONSOLIDAÇÃO E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

**1. Apresentação das demonstrações financeiras e critérios de consolidação:** As demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, além das normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras individuais do Banco ABC BRASIL S.A. e das empresas controladas ABC BRASIL Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e ABC BRASIL Administração e Participações Ltda., cuja participação direta e indireta em 30 de junho de 2014, corresponde a aproximadamente 100%. As demonstrações financeiras foram elaboradas e aprovadas pela Diretoria em 31 de julho de 2014. As práticas contábeis adotadas no registro das operações e na avaliação dos elementos patrimoniais pelo Banco, incluindo as operações realizadas pela dependência no exterior e empresas controladas incluídas na consolidação foram uniformemente aplicadas, sendo que os investimentos, os direitos, as obrigações e os resultados entre as empresas consolidadas foram eliminados. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Os pronunciamentos contábeis já aprovados são: Resolução nº 3.566/08 - Redução ao valor recuperável de ativos; Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do fluxo de caixa; Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre partes relacionadas; Resolução nº 3.823/09 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; Resolução nº 3.973/11 - Evento subsequente; Resolução nº 3.989/11 - Pagamento baseado em ações; Resolução nº 4.007/11 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; e Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento conceitual básico. A elaboração das demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil, requer que a administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como provisão para créditos de liquidação duvidosa, imposto de renda diferido, provisão para contingências e valorização de instrumentos financeiros e derivativos ativos e passivos. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. De acordo com o pronunciamento técnico CPC 23 - Políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erros (Resolução 4.007/11 do Banco Central do Brasil), os balanços patrimoniais, individuais e consolidado, de 30 de junho de 2013 às respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo representados em razão de revisão de procedimento anteriormente adotado com relação ao reconhecimento de obrigações legais especificamente quanto ao recolhimento de ISS (Imposto sobre serviços). Os efeitos dessa reapresentação são demonstrados a seguir:

	Banco			Consolidado		
	Divulgação anterior	Ajustes	Saldo ajustado	Divulgação anterior	Ajustes	Saldo ajustado
Balanco patrimonial						
Realizável a longo prazo	4.987.315	8.695	4.996.010	5.052.820	8.695	5.061.515
Outros créditos	367.238	8.695	375.933	367.238	8.695	375.933
Diversos	148.134	8.695	156.829	148.134	8.695	156.829
Total do ativo	16.374.120	8.695	16.382.815	16.381.821	8.695	16.390.516
Exigível a longo prazo	4.541.717	21.737	4.563.454	4.541.728	21.737	4.563.465
Outras obrigações	1.269.020	21.737	1.290.757	1.269.031	21.737	1.290.768
Fiscas e previdenciárias	53.168	21.737	74.905	53.168	21.737	74.905
Patrimônio líquido	1.794.199	(13.042)	1.781.157	1.794.199	(13.042)	1.781.157
Reserva de lucros	651.195	(10.635)	640.560	651.195	(10.635)	640.560
Lucros acumulados	75.797	(2.407)	73.390	75.797	(2.407)	73.390
Total do passivo	16.374.120	8.695	16.382.815	16.381.821	8.695	16.390.516
Outras receitas/despesas operacionais	12.180	(4.012)	8.168	7.705	(4.012)	3.693
Outras despesas operacionais	(8.314)	(4.012)	(12.326)	(8.319)	(4.012)	(12.331)
Resultado operacional	187.426	(4.012)	183.414	189.814	(4.012)	185.802
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	186.905	(4.012)	182.893	189.268	(4.012)	185.256
Imposto de renda e contribuição social	(22.895)	1.605	(21.290)	(25.258)	1.605	(23.653)
Ativo fiscal diferido	(404)	1.605	1.201	(404)	1.605	1.201
Lucro líquido do semestre	124.767	(2.407)	122.360	124.767	(2.407)	122.360

As principais práticas contábeis são assim resumidas: **a) Critérios de avaliação dos ativos:** As aplicações interfinanceiras, as operações de crédito e os demais direitos, exceto os títulos e valores mobiliários e os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados pelo custo de aquisição, de aplicação ou de liberação, acrescidos de variações cambiais, monetárias e juros contratualmente pactuados. Quando o valor de mercado for inferior, é efetuada provisão para ajuste do ativo ao valor de realização. Os títulos e valores mobiliários e os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, no tocante à sua manutenção em carteira ou disponibilidade para negociação, e são registrados das seguintes formas: Títulos para negociação: são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. Títulos mantidos até o vencimento: são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até os respectivos vencimentos e são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Perdas de caráter permanente são reconhecidas no resultado do exercício. Títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, e são ajustados ao valor de mercado, sendo a diferença entre os valores atualizados pela curva do papel e os valores de mercado, registrada em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários, sendo transferida para o resultado do período em que houver a sua efetiva realização. Os instrumentos financeiros derivativos são ajustados para o valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. As operações a termo são registradas pelo valor final contratado deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, sendo essa diferença reconhecida como receitas ou despesas em razão do prazo de fluência dos contratos. As operações com opções são registradas pelo valor dos prêmios pagos ou recebidos até o efetivo exercício da opção, quando então é baixado como redução ajustado ao valor de mercado ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício, ou como receita ou despesa, no caso de não exercício. As operações de futuro são registradas pelo valor dos ajustes diários, apropriados como receita ou despesa. As operações de "swap" são registradas pelo diferencial a receber ou a pagar, diferencial esse apropriado como receita ou despesa. As operações com outros instrumentos financeiros derivativos, são registradas de acordo com as características do contrato. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante suficiente para absorver eventuais prejuízos na sua realização e sua constituição leva em conta, além da experiência passada, a avaliação de riscos dos devedores e seu garantidores, bem como características específicas das operações realizadas, consoante os requerimentos da Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil. Os investimentos em sociedades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, e os demais investimentos são demonstrados pelo custo de aquisição deduzido, quando aplicável, de provisão para perdas permanentes. Os bens e direitos, classificados no imobilizado de uso, são demonstrados pelo custo de aquisição deduzido, quando aplicável, dos saldos da respectiva conta de depreciação, calculados pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a vida útil econômica dos bens. O ativo diferido é demonstrado pelo valor do capital aplicado, deduzido dos saldos de amortizações acumuladas calculadas pelo método linear. Os ativos intangíveis são registrados pelo custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento original inferior a 90 dias. **c) Critérios de avaliação dos passivos:** As obrigações, encargos e riscos conhecidos ou calculáveis, inclusive encargos tributários calculados com base no resultado do período são demonstrados pelo valor atualizado até a data do balanço. As obrigações em moedas estrangeiras são convertidas em moeda nacional pelas taxas de câmbio em vigor na data do balanço, divulgadas pelo Banco Central do Brasil e as obrigações sujeitas à avaliação pelo custo de aquisição, com base em cláusulas contratuais são demonstradas pelo valor atualizado até a data do balanço. **d) Hedge Accounting:** Considerando o risco da exposição cambial bem como condições de mercado de captação no exterior através de instrumentos de dívida subordinada de longo prazo, o Banco designou instrumentos financeiros derivativos para proteção total (hedge de valor justo) dos valores do principal captados e correspondentes juros devidos. Visando equalizar os efeitos da marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos designados como proteção, o valor do principal protegido, acrescido dos juros devidos, é demonstrado pelo valor justo e também marcado a mercado. A variação no valor justo dos derivativos designados para proteção é reconhecida na demonstração do resultado. Entretanto, a variação do valor justo do item objeto de proteção atribuído ao risco que é protegido é registrada como parte do seu valor contábil e é também reconhecida na demonstração do resultado do exercício. Se o instrumento de proteção vence ou é vendido, cancelado ou exercido, ou quando a posição de proteção não se enquadra nas condições de "hedge accounting", a relação de proteção é terminada. Os objetivos da gestão de risco dessa operação, bem como a estratégia de proteção de tais riscos durante toda a operação estão devidamente documentados, assim como também são documentadas a avaliação, tanto no início da operação de proteção como de forma contínua, de que os instrumentos financeiros derivativos na operação de proteção são altamente efetivos na compensação de variações no valor justo (marcação a mercado) do item protegido. Um hedge é esperado a ser altamente efetivo se a variação no valor justo ou fluxo de caixa atribuído ao risco que está sendo coberto durante o período na relação de hedge anular de 80% a 125% da variação do risco. O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos usados como proteção bem como o valor da marcação a mercado da captação objeto de proteção estão divulgados na nota 5.b e 15.c respectivamente. Os demais instrumentos financeiros e exposições das carteiras de negociação ("Trading Book") e das carteiras de não negociação ("Banking Book") não possuem política específica para proteção ("Hedge Accounting"). Os riscos de tais carteiras são mitigados por instrumentos financeiros diversos (nota 5.b). **e) Classificação dos ativos e passivos circulantes e a longo prazo:** Os ativos e passivos operacionais, cujos vencimentos ou possibilidade efetiva de liquidação ocorram até o prazo de 1 ano da data do balanço, estão classificados no circulante e aqueles, cujos vencimentos ou possibilidade efetiva de liquidação ocorram após esse prazo são classificados no longo prazo. **f) Apuração das receitas e despesas:** As receitas e despesas são reconhecidas no resultado com base no regime de competência de exercícios, incluindo os rendimentos, encargos, variações monetárias ou cambiais a índices oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e a longo prazo. Inclui também os efeitos dos ajustes dos ativos para valor de mercado ou de realização. As rendas sobre operações de crédito vencidas há mais de 60 dias somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Também são reconhecidos com base no regime de competência de exercícios, o imposto de renda e a contribuição social, cujos valores diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias decorrentes de receitas e despesas auferidas ou tributáveis ou dedutíveis para fins fiscais, cujas adições ou exclusões futuras são autorizadas pela legislação tributária. **g) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos a seguir: • Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização; sobre as quais não cabem mais recursos. • Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação. • Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. **h) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - (impairment):** É reconhecida uma perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do período. **i) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, com um adicional de 10% incidente sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 mil para o exercício, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação. A contribuição social e apurada sobre o lucro ajustado na forma da legislação em vigor à alíquota de 15%. Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei 12.972/2014, fruto da conversão da medida provisória nº 627/2013, que altera a legislação tributária federal sobre IR, CS, PIS e COFINS. A referida lei prevê sobre diversos assuntos e em especial sobre: i. A revogação do regime tributário de transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais; ii. A tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e iii. Reabertura do parcelamento da Lei 11.941/2009 e instituição de novo parcelamento especial de Contribuição para o PIS e COFINS da Lei 9.718/1998. O novo regime tributário previsto na Lei 12.972/2014 passará a vigorar a partir de 2015, podendo, por opção do contribuinte, ser aplicável antecipadamente a partir de 2014. A Administração não tem perspectiva de adoção das novas regras antecipadamente e não espera impactos relevantes para a organização. **j) Lucro por ação:** O lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações em circulação durante o período, excluindo as ações compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

**3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Os componentes de caixa e equivalentes de caixa estão assim demonstrados:

	Banco e consolidado	
	2014	2013
Disponibilidades	54.254	68.572
Aplicações financeiras de liquidez	1.508.741	1.985.310
• Aplicações em moedas estrangeiras	592.815	544.480
• Outras operações com vencimentos de até 90 dias	915.926	1.440.830
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	1.562.995	2.053.882

**4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**

As aplicações no mercado aberto lastreadas por títulos públicos federais e aplicações em moedas estrangeiras têm prazos de vencimento de um dia útil. As aplicações em depósitos interfinanceiros têm prazos de vencimento até dezembro de 2015.

**5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS**

**a) Títulos e valores mobiliários:** A classificação dos títulos, em 30 de junho de 2014 e 2013, é demonstrada como segue:

	2014				2013			
	Banco	Consolidado	Banco	Consolidado	Banco	Consolidado	Banco	Consolidado
	Custo	Mercado/Contábil	Custo	Mercado/Contábil	Custo	Mercado/Contábil	Custo	Mercado/Contábil
<b>Títulos para negociação</b>								
Letras Financeiras do Tesouro	711.286	710.910	787.314	786.890	-	-	-	-
Eurobônus	14.321	14.456	14.321	14.456	26.123	26.123	10.818	10.818
Notas do Tesouro Nacional - "NTN - B"	-	-	-	-	-	-	-	-
Certificado de Depósitos Bancários	20.127	20.147	20.127	20.147	-	-	-	-
Debêntures	81.982	78.812	81.982	78.812	90.264	90.264	90.264	90.264
Subtotal - Títulos para negociação	827.716	824.325	903.744	900.305	127.205	127.205	-	-
<b>Títulos disponíveis para venda</b>								
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	-	-	-	-
Eurobônus	18.685	18.685	18.685	18.685	553.194	610.379	-	-
Notas do Tesouro Nacional - "NTN - B"	72.268	72.611	72.268	72.611	3.960	3.960	-	-
Notas do Tesouro Nacional - "NTN - A"	43.494	43.019	43.494	43.019	22.194	22.194	-	-
Certificado de Depósitos Bancários	58.991	57.929	58.991	57.929	59.672	59.672	-	-
Debêntures	-	-	76.359	76.359	-	86.344	-	-
Nota Promissória	474.507	472.369	474.507	472.369	552.938	552.938	-	-
Cédula do Produtor Rural	183.240	183.128	183.240	183.128	151.794	151.794	-	-
Títulos Públicos emitidos em outros países	171.798	172.463	171.798	172.463	61.006	61.006	-	-
Letras do Tesouro Nacional	778.783	775.934	778.783	775.934	430.908	430.908	-	-
Subtotal - Títulos disponíveis para venda	1.992.088	1.984.028	2.070.043	2.061.974	2.008.680	2.152.209	-	-
<b>Títulos mantidos até o vencimento</b>								
Letras do Tesouro Nacional (a)	547.186	547.186	547.186	547.186	429.576	429.576	-	-
Subtotal - Mantido até o vencimento	547.186	547.186	547.186	547.186	429.576	429.576	-	-
<b>Total</b>	<b>3.366.990</b>	<b>3.355.539</b>	<b>3.520.973</b>	<b>3.509.465</b>	<b>2.565.461</b>	<b>2.708.990</b>	-	-

(a) Os títulos classificados como mantidos até o vencimento são avaliados pelo custo amortizado. Caso fossem avaliados a valor de mercado, apresentariam em 30 de junho de 2014, ajuste negativo de R\$9.598. Em 30 de junho de 2014, os resultados não realizados dos títulos classificados na categoria disponíveis para venda totalizavam perda de R\$ 8.069 (R\$ 1.720 de perda em 2013), os quais estão registrados no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" líquido do efeito tributário, no montante de R\$ 4.842 (R\$ 1.033 em 2013). A composição da carteira em 30 de junho de 2014, considerando o prazo de vencimento, é demonstrada como segue:

	2014						Total
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	
<b>Títulos para negociação</b>							
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	-	-	-
Eurobônus	-	-	-	-	11.057	3.399	14.456
Certificado de Depósitos Bancários	-	-	20.147	-	-	-	20.147
Debêntures	-	-	-	-	14.963	63.849	78.812
Subtotal - Títulos para negociação	-	-	20.147	-	26.020	778.158	824.325
<b>Títulos disponíveis para venda</b>							
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	-	-	-
Eurobônus	67.279	-	-	-	4.150	1.182	72.611
Notas do Tesouro Nacional - "NTN - B"	-	-	-	-	12.349	30.670	43.019
Notas do Tesouro Nacional - "NTN - A"	-	-	-	-	-	57.929	57.929
Debêntures	-	-	29.480	-	145.935	225.774	472.369
Nota Promissória	131.639	51.489	-	-	-	-	183.128
Cédula do Produtor Rural	-	-	5.656	86.040	16.011	64.756	172.463
Títulos Públicos emitidos em outros países	-	-	775.934	-	-	-	775.934
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	187.900	-	187.900
Subtotal - Títulos disponíveis para venda	198.918	51.489	811.070	345.110	178.445	398.996	1.984.028
<b>Títulos mantidos até o vencimento</b>							
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	547.186	-	547.186
Subtotal - Títulos mantidos até o vencimento	-	-	-	-	547.186	-	547.186
<b>Total - 2014</b>	<b>198.918</b>	<b>51.489</b>	<b>831.217</b>	<b>345.110</b>	<b>751.651</b>	<b>1.177.154</b>	<b>3.355.539</b>
Total - 2013	4.552	654.953	271.776	70.786	980.717	582.677	2.565.461

(a) Os títulos classificados como mantidos até o vencimento são avaliados pelo custo amortizado. Caso fossem avaliados a valor de mercado, apresentariam em 30 de junho de 2014, ajuste negativo de R\$9.598. Em 30 de junho de 2014, os resultados não realizados dos títulos classificados na categoria disponíveis para venda totalizavam perda de R\$ 8.069 (R\$ 1.720 de perda em 2013), os quais estão registrados no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" líquido do efeito tributário, no montante de R\$ 4.842 (R\$ 1.033 em 2013). A composição da carteira em 30 de junho de 2014, considerando o prazo de vencimento, é demonstrada como segue:

	2014						Total
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	
<b>Títulos para negociação</b>							
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	-	-	-
Eurobônus	-	-	-	-	11.057	3.399	14.456
Certificado de Depósitos Bancários	-	-	20.147	-	-	-	20.147
Debêntures	-	-	-	-	14.963	63.849	78.812
Subtotal - Títulos para negociação	-	-	20.147	-	26.020	778.158	824.325
<b>Títulos disponíveis para venda</b>							
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	-	-	-
Eurobônus	67.279	-	-	-			

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
30 de junho de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais)

**7. CARTEIRA DE CRÉDITO, GARANTIAS PRESTADAS E RESPONSABILIDADES**

Os saldos das operações de crédito, outros créditos e garantias prestadas e responsabilidades, são demonstrados como segue:

	Banco e consolidado						2013
	2014						
	Setor privado					Total	
Intermediários financeiros	Indústria	Comércio	Serviços	Pessoas físicas	Setor público		
<b>Operações de crédito</b>							
Empréstimos	208.671	1.021.946	702.052	2.442.219	80.986	128.472	4.584.346
Financiamentos - BNDES/Finame	-	648.180	323.207	657.507	20.842	-	1.649.836
Financiamentos à exportação	-	718.513	104.099	340.247	170.715	-	1.333.574
Repasses de captação externa	4.419	13.629	3.816	72.879	-	-	94.743
Financiamentos em moeda estrangeira	4.661	571.148	120.199	241.684	-	-	937.692
Financiamento com intervenção	2.324	-	-	-	-	-	2.324
Conta garantida	1.202	38.810	45.038	119.750	3.540	-	208.340
Aquisição de direitos creditórios	24.255	-	-	-	-	-	24.255
Financiamentos rurais e agroindustriais	-	51.905	273.727	176.449	5.198	-	507.279
Financiamentos imobiliário	-	-	-	24.851	-	-	24.851
Outros financiamentos	-	-	-	-	-	-	15.974
Subtotal - Operações de crédito	245.532	3.064.131	1.572.238	4.075.586	281.281	128.472	9.367.240
<b>Outros créditos</b>							
Adiantamentos sobre contratos de câmbio e rendas a receber (a)	-	250.382	157.138	69.978	-	-	477.498
Títulos e créditos a receber	-	225.237	16.483	62.565	6.303	-	310.588
Créditos vinculados a operações de cessão (b)	16.713	53.741	39.928	53.338	-	-	163.720
Créditos por avais e fianças honradas	-	311	-	787	-	-	3.897
Importação financiada (a)	-	-	-	2.891	-	-	2.891
Subtotal - Outros créditos	16.713	529.671	218.739	186.668	6.303	-	958.094
Subtotal - Operações de crédito e outros créditos	262.245	3.593.802	1.790.977	4.262.254	287.584	128.472	10.325.334
Garantias prestadas e responsabilidades							
Fianças prestadas a clientes (c)	2.501.061	1.026.897	1.947.863	2.057.528	51.573	356.556	7.941.478
Créditos abertos para importação	-	1.566	3.053	-	-	-	4.619
Créditos de exportação confirmados	-	-	-	-	-	-	253
Subtotal - Garantias prestadas e responsabilidades	2.501.061	1.028.463	1.950.916	2.057.528	51.573	356.556	7.946.097
<b>Total - 2014</b>	<b>2.763.306</b>	<b>4.622.265</b>	<b>3.741.893</b>	<b>6.319.782</b>	<b>339.157</b>	<b>485.028</b>	<b>18.271.431</b>
Total - 2013	2.593.895	5.369.211	4.212.097	3.182.824	320.535	314.318	15.992.880

(a) Saldo composto por adiantamento no valor de R\$ 474.037 (R\$ 629.887 em 2013), demonstrado como reductor de Outras Obrigações (nota 15.a) acrescido de R\$ 6.352 (R\$ 13.093 em 2013) de rendas a receber de tais adiantamentos demonstrados em Outros Créditos (nota 9.a). (b) Saldo no valor de R\$ 163.720 (R\$ 165.428 em 2013) referente a créditos vinculados a operações adquiridas em cessão demonstradas em Outros créditos (nota 9.c). (c) As fianças prestadas a clientes estão sujeitas a encargos e contragarantias e contabilizadas em contas de compensação. Não são esperadas perdas nessas operações. Os saldos das operações de crédito, garantias prestadas e responsabilidades, por prazo de vencimento, são demonstrados como segue:

	Banco e consolidado						
	2014						
	A vencer						
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 anos	Vencidas a partir de 15 dias
Operações de crédito	904.711	1.379.731	1.455.355	1.925.717	2.915.321	763.834	22.571
Outros créditos	298.899	190.826	252.192	159.685	28.575	21.120	6.615
Subtotal - Operações de crédito e outros créditos	1.203.610	1.570.557	1.707.547	2.085.402	2.944.078	784.954	29.186
Garantias prestadas e responsabilidades	588.374	901.917	1.903.783	3.220.926	1.314.651	16.446	-
<b>Total - 2014</b>	<b>1.791.984</b>	<b>2.472.474</b>	<b>3.611.330</b>	<b>5.306.328</b>	<b>4.258.729</b>	<b>801.400</b>	<b>29.186</b>
Total - 2013	1.573.679	2.407.370	3.193.683	4.565.383	3.482.209	743.770	26.786

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2014 foram realizadas operações de cessões de créditos, sem coobrigação, amparadas no disposto na Resolução nº 2.836/01 do Banco Central do Brasil, no montante de R\$ 8.257 (R\$ 15.749 em 2013). O efeito dessas operações no resultado do semestre findo em 30 de junho de 2014 foi de R\$ (246) (R\$ 229 em 2013). A concentração do risco de crédito é assim demonstrada:

	Banco e consolidado			
	2014		2013	
	Saldo carteira (1)	% sobre a carteira	Saldo carteira (1)	% sobre a carteira
Principal devedor	462.039	2,53	487.692	3,05
10 maiores devedores	3.788.167	20,73	3.173.790	19,85
20 maiores devedores	5.487.664	30,03	4.692.025	29,34

(1) Total da carteira incluindo garantias prestadas e responsabilidades.

**8. PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA E OUTROS CRÉDITOS**

Em 30 de junho de 2014 e de 2013, não houve provisões para garantias prestadas. A carteira de operações de crédito e outros ativos e a provisão para crédito de liquidação duvidosa e outros créditos, em 30 de junho de 2014 e 2013, estão assim distribuídos:

Nível de risco	Banco e consolidado				
	2014				
	Total das operações		Provisão Res. 2682		
Nível de provisionamento	Curso normal	Atraso	Total	Total	
AA	-	408.340	-	408.340	-
A	0,5%	3.525.203	-	3.525.203	17.626
B	1,0%	4.956.638	826	4.957.464	49.575
C	3,0%	1.143.549	3.533	1.147.082	34.412
D	10,0%	146.614	1.265	147.879	14.788
E	30,0%	67.929	4.212	72.141	21.642
F	50,0%	9.074	443	9.517	4.758
G	70,0%	5.403	1.142	6.545	4.581
H	100,0%	33.398	17.765	51.163	51.163
<b>Total</b>		<b>10.296.148</b>	<b>29.186</b>	<b>10.325.334</b>	<b>198.545</b>

Nível de risco	Banco e consolidado				
	2013				
	Total das operações		Provisão Res. 2682		
Nível de provisionamento	Curso normal	Atraso	Total	Total	
AA	-	483.929	-	483.929	-
A	0,5%	2.867.286	-	2.867.286	14.336
B	1,0%	4.200.413	159	4.200.572	42.006
C	3,0%	1.095.216	1.686	1.096.902	32.907
D	10,0%	188.728	5.001	193.729	19.373
E	30,0%	12.458	2.346	14.804	4.441
F	50,0%	11.683	2.173	13.856	6.928
G	70,0%	25.809	3.829	29.638	20.747
H	100,0%	25.072	11.592	36.664	36.664
<b>Total</b>		<b>8.910.594</b>	<b>26.786</b>	<b>8.937.380</b>	<b>177.402</b>

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa e de outros créditos teve a seguinte movimentação nos semestres findos em 30 de junho de 2014 e de 2013:

	Banco e consolidado			
	2014		2013	
	Operações de crédito	Outros créditos	Total	Total
Saldo no início do semestre	173.664	26.083	199.747	182.015
Constituição	34.043	6.733	40.776	47.861
Classificados como resultados de exercícios futuros	-	448	448	498
Créditos compensados como prejuízo	(40.630)	(1.796)	(42.426)	(52.972)
<b>Saldo no final do semestre</b>	<b>167.077</b>	<b>31.468</b>	<b>198.545</b>	<b>177.402</b>

Em 30 de junho de 2014, o saldo total de créditos renegociados é de R\$ 265.122 (R\$ 271.509 em 2013), sendo que o montante das operações de crédito renegociadas durante o semestre findo em 30 de junho de R\$ 41.851 (R\$ 137.402 em 2013). O montante de créditos recuperados, anteriormente compensados contra a provisão, no semestre findo em 30 de junho de 2014 foi de R\$ 11.380 (R\$ 2.198 em 2013).

**9. OUTROS CRÉDITOS**

a) O saldo da carteira de câmbio está assim demonstrado:

	Banco e consolidado			
	2014		2013	
	2014	2013	2014	2013
Câmbio comprado a liquidar - CCL	992.453	1.259.804	(131)	(757)
Provisão sobre variação cambial de CCL	-	-	967.314	1.091.637
Direitos sobre vendas de câmbio	-	-	(4.377)	(31.524)
Adiantamentos recebidos	-	-	6.352	13.093
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (ACC)	-	-	1.961.611	2.332.253
<b>Total</b>	<b>992.453</b>	<b>1.259.804</b>	<b>963.487</b>	<b>2.082.706</b>

b) A posição de negociação e intermediação de valores é representada substancialmente por valores a receber, decorrente de liquidação de operações com ativos financeiros registrados nas bolsas.

c) A composição de outros créditos diversos está assim demonstrada:

	Banco		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)
Créditos tributários (Nota 20)	151.361	151.159	151.401	151.181
Devedores por depósitos em garantia	104.868	87.501	109.572	92.606
Impostos e contribuições a compensar	20.340	29.472	21.578	30.393
Impostos e contribuições a recuperar	-	11.699	-	11.699
Títulos e créditos a receber	311.517	249.714	311.517	249.714
Créditos vinculados a operações de cessão (1)	163.720	165.428	163.720	165.428
Outros	3.119	4.039	3.124	4.060
<b>Total</b>	<b>754.925</b>	<b>699.012</b>	<b>761.312</b>	<b>705.081</b>

(1) De acordo com a Resolução nº 3.533/08 do Banco Central do Brasil, a partir de janeiro de 2012 as operações de créditos cedidas com coobrigação passam a ser demonstradas em contas específicas dentro da rubrica outros créditos.

**10. INVESTIMENTOS**

	ABC BRASIL Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.		ABC BRASIL Administração e Participações Ltda.		2014		2013	
					Total		Total	
Capital social	-	49.600	-	55.632	-	55.632	-	55.632
Patrimônio líquido	-	76.284	-	75.627	-	75.627	-	75.627
Resultado do semestre	-	2.343	-	2.881	-	2.881	-	2.881
Nº de ações ordinárias possuídas	-	24.980.054	-	-	-	-	-	-
Nº de ações preferenciais possuídas	-	24.980.055	-	-	-	-	-	-
Nº de cotas possuídas	-	-	-	55.631.814	-	55.631.814	-	55.631.814
% de participação	-	100,00	-	99,99	-	99,99	-	99,99
Valor contábil	-	76.284	-	75.627	-	151.911	-	141.905
Equivalência patrimonial	-	2.343	-	2.881	-	5.224	-	4.101

**11. IMOBILIZADO, DIFERIDO E INTANGÍVEL**  
Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear às seguintes taxas anuais: instalações, móveis e equipamentos de uso e sistema de comunicação e de segurança, 10%. Tais taxas representam adequadamente a vida útil-econômica dos bens. Conforme Resolução nº 3.617/08 do Banco Central do Brasil, até setembro de 2008, os gastos de organização e expansão, representados por beneficiários em propriedades de terceiros, vinham sendo registrados no ativo diferido e amortizados considerando-se o prazo dos aluguéis contratados. O intangível corresponde aos gastos de aquisição e desenvolvimento de logísticas e são amortizados pelo método linear à taxa anual de 20%.

**12. DEPÓSITOS**

As captações em depósitos interfinanceiros e depósitos a prazo são efetuadas a taxas normais de mercado. Seus vencimentos estão assim distribuídos:

	Banco						Consolidado	
	2014						2014	
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Total	Total
Depósitos à vista	42.865	-	-	-	-	42.865	71.925	42.665
Depósitos interfinanceiros	-	138.577	204.547	10.946	-	354.070	505.358	354.070
Depósitos a prazo	-	1.527.746	2.331.037	230.326	10.759	4.099.868	3.082.410	4.099.868
<b>Total - 2014</b>	<b>42.865</b>	<b>1.666.323</b>	<b>2.535.584</b>	<b>241.272</b>	<b>10.759</b>	<b>4.496.803</b>	<b>3.669.703</b>	<b>4.496.603</b>
Total - 2013	71.925	1.263.311	1.920.212	402.426	1.819	3.659.693	-	3.659.432

**13. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS**

Os recursos de aceites e emissão de títulos são negociados a juros de mercado e têm a seguinte distribuição por prazos de vencimento:

	Banco e consolidado				
	2014				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Letras de crédito imobiliário	192.529	189.674	4.692	1.858	388.753
Letras de crédito do agronegócio	757.509	632.561	27.111	-	1.417.181
Letras financeiras	133.130	1.138.897	921.545	37.860	2.231.432
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior (1)	5.031	-	231.620	-	236.651
Captações por certificados de operações estruturadas	958	-	-	-	958
<b>Total - 2014</b>	<b>1.089.157</b>	<b>1.961.132</b>	<b>1.184.968</b>	<b>39.718</b>	<b>4.274.975</b>
Total - 2013					

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
30 de junho de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais)

**21. PARTES RELACIONADAS**

**a) Empresas controladas e ligadas:** Os valores abaixo se referem a transações do Banco com empresas controladas e empresas ligadas. Nas operações envolvendo partes relacionadas foram praticadas taxas e condições usuais de mercado nas datas das transações. Nos semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013, os saldos das transações entre partes relacionadas, são os seguintes:

Operações/Partes relacionadas	2014			2013		
	Prazos até	Ativo/ Receitas/(Despesas) (Passivo) Semestre	Ativo/ Receitas/(Despesas) (Passivo) Semestre	Ativo/ Receitas/(Despesas) (Passivo) Semestre	Ativo/ Receitas/(Despesas) (Passivo) Semestre	Ativo/ Receitas/(Despesas) (Passivo) Semestre
Depósitos à vista						
- ABC BRASIL Adm. e Participações Ltda.	Controlada	S/Vencto. (74)	-	(123)	-	-
- ABC BRASIL DTVM S.A.	Controlada	S/Vencto. (126)	-	(138)	-	-
- Marsau Comercial Exp. e Importadora Ltda.	Ligada	S/Vencto. (50)	-	(335)	-	-
Depósitos a prazo e recursos de aceites e emissão de títulos						
- Marsau Comercial Exp. e Importadora Ltda.	Ligada	30/07/2014 (130)	-	-	-	-
- Marsau Uruguay Holdings Sociedad Anonima	Acionista	30/07/2014 (971)	(2)	(984)	(2)	(2)
- Arab Banking Corporation (ABC)	Controlador	22/05/2015 (399.871)	(2.844)	-	-	-
- Administradores	Diversos	(28.011)	(1.168)	(35.713)	(908)	(908)
Obrigações por empréstimos						
- Arab Banking Corporation (ABC)	Controlador	07/07/2014 (91.669)	(1.115)	(314.091)	(4.710)	(4.710)
Dividendos e juros sobre o capital						
- Marsau Uruguay Holdings Sociedad Anonima	Acionista	09/08/2014 (29.486)	-	(25.535)	-	-
Outras obrigações - Prestação de serviços						
- ABC BRASIL Adm. e Participações Ltda.	Controlada	08/07/2014 (28)	(171)	(26)	(162)	(162)

**b) Remuneração do pessoal-chave da administração:** No exercício de 2012, o Banco definiu um novo plano de remuneração fixa e variável aplicável aos membros do Conselho de Administração e diretores estatutários e, a critério de comitê específico, outros executivos com cargos e funções relevantes, observando as disposições da Resolução nº 3.921/10, do Conselho Monetário Nacional. O novo plano tem como principais objetivos: (i) alinhar as práticas de remuneração dos administradores do Banco à política de gestão de riscos; (ii) evitar comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos adotadas pelo Banco ABC; (iii) criar um instrumento de retenção e atração de talentos nas posições-chave do Banco; e (iv) adaptar a política de remuneração à norma da Resolução nº 3.921/10, do Conselho Monetário Nacional. A remuneração definida no plano leva em conta: (i) os riscos correntes e potenciais do Banco; (ii) o resultado geral do Banco, em particular o lucro recorrente realizado (lucro líquido contábil do período ajustado pelos resultados não realizados e livre dos efeitos de eventos não recorrentes controláveis); (iii) a capacidade de geração de fluxo de caixa; (iv) o ambiente econômico em que o Banco está inserido e suas tendências; (v) as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos, das oscilações do custo do capital e das projeções de liquidez; (vi) o desempenho individual dos administradores com base no contrato de metas celebrado por cada administrador na forma prevista no PLR e arquivado na sede do Banco; (vii) o desempenho da unidade de negócios; e (viii) a relação entre o desempenho individual dos administradores, o desempenho da unidade de negócio e o desempenho do Banco como um todo. A Remuneração Variável será calculada: **a)** até 50% (cinquenta por cento) do valor determinado para a remuneração variável é paga em espécie, de forma imediata quando do pagamento do PLR; e **b)** no mínimo 50% (cinquenta por cento) do valor determinado para a remuneração variável será pago em ações preferenciais do Banco, de forma "diferida" observando que o número de ações a serem atribuídas aos administradores será determinado através da divisão do valor correspondente à remuneração variável diferida, líquido do imposto de renda retido na fonte, pelo preço unitário das ações calculado pela média do preço de fechamento das ações preferenciais de emissão do Banco ABC Brasil, dos últimos 20 pregões do semestre. A entrega das ações referentes à remuneração variáveis diferidas atribuídas aos administradores apenas ocorrerá se não for verificado, no período de diferimento aplicável (i) uma redução significativa do lucro recorrente realizado, ou (ii) resultado negativo da instituição ou da unidade de negócios, ou (iii) aplicação de erros em procedimentos contábeis e/ou administrativos que afetem os resultados apurados no período aquisitivo do direito à remuneração variável. A remuneração total do pessoal-chave da administração para os semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013 é assim composta:

	2014	2013
Remuneração fixa	8.212	7.667
Remuneração variável	11.241	12.956
<b>Total de benefícios de curto prazo</b>	<b>19.453</b>	<b>20.623</b>
Remuneração baseada em ações	11.825	7.140
<b>Total de benefícios de longo prazo</b>	<b>11.825</b>	<b>7.140</b>
<b>Total</b>	<b>31.278</b>	<b>27.763</b>

**c) Resumo da movimentação do plano de remuneração:** Para atender à resolução sobre remuneração o Banco obteve autorização da CVM para que possa, de forma privada, transferir ações de sua própria emissão mantidas em tesouraria para seus administradores. De acordo com o plano de remuneração em ações citado na nota 21.b, foram outorgadas ações aos executivos elegíveis para liquidação no final do período de carência conforme abaixo demonstrado em quantidade de ações:

Distribuição	Período de carência	Dezembro de 2013	Novos	Ações entregues	Cancelados	Junho de 2014
1º	30/08/2012 - 29/08/2014	247.222	-	-	(3.239)	243.983
1º	30/08/2012 - 29/08/2015	247.222	-	-	(3.240)	243.982
2º	08/02/2013 - 08/02/2014	227.244	-	227.244	-	-
2º	08/02/2013 - 08/02/2015	227.244	-	-	-	227.244
2º	08/02/2013 - 08/02/2016	227.244	-	-	-	227.244
3º	30/08/2013 - 29/08/2014	272.636	-	-	-	272.636
3º	30/08/2013 - 29/08/2015	272.636	-	-	-	272.636
3º	30/08/2013 - 29/08/2016	272.636	-	-	-	272.636
4º	01/11/2013 - 31/10/2014	8.780	-	-	-	8.780
4º	01/11/2013 - 31/10/2015	8.780	-	-	-	8.780
4º	01/11/2013 - 31/10/2016	8.780	-	-	-	8.780
5º	28/02/2014 - 28/02/2015	-	282.036	-	-	282.036
5º	28/02/2014 - 28/02/2016	-	282.036	-	-	282.036
5º	28/02/2014 - 28/02/2017	-	282.036	-	-	282.036
<b>Total</b>		2.020.424	846.108	227.244	(6.479)	2.632.809

**22. DEPENDÊNCIA NO EXTERIOR**

Os saldos das operações praticadas com terceiros realizadas pela dependência no exterior em 30 de junho de 2014 e 2013 são demonstrados como segue:

	2014		2013	
	US\$	R\$	US\$	R\$
Ativos				
Disponibilidades	11.807	26.005	7.528	16.679
Aplicações interfinanceiras de liquidez	259.408	571.346	122.132	270.595
TVM e instrumentos financeiros derivativos	69.539	153.160	60.937	135.013
Operações de crédito - Líquido	801.387	1.765.055	610.945	1.353.610
Outros créditos e valores e bens	4.300	9.471	4.066	9.008
<b>Total</b>	<b>1.146.441</b>	<b>2.525.037</b>	<b>805.608</b>	<b>1.784.905</b>
Passivos				
Depósitos à vista	158	348	108	239
Depósitos a prazo	548.406	1.207.864	358.678	794.687
Obrigações por empréstimos no exterior	600.389	1.322.357	544.802	1.207.064
Instrumentos financeiros derivativos	23.798	52.415	30.134	66.765
Outras obrigações	172	379	778	1.723
<b>Total</b>	<b>1.172.923</b>	<b>2.583.363</b>	<b>934.500</b>	<b>2.070.478</b>

**23. PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS**

A provisão para participação nos lucros foi constituída tomando-se como base o Programa de Participação nos Lucros firmado entre o Banco ABC BRASIL S.A. e seus colaboradores, que leva em consideração premissas como as atividades desenvolvidas pelas diversas áreas do Banco, o grau de responsabilidade e influência que cada uma dessas áreas tem sobre o resultado produzido pelo Banco, além de metas quantitativas e qualitativas estabelecidas individualmente.

**24. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS**  
O Banco e suas empresas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível. A nota 2.11.g) explica os critérios de reconhecimento e mensuração de tais ações e processos. O Banco aderiu aos programas de anistia fiscal do Governo Federal, conforme descrito abaixo:  
**Anistia fiscal - Lei 11.941/2009 e MP 470/2009:** Considerando os termos e vantagens oferecidos pela anistia fiscal prevista na Lei nº 11.941/2009 e MP 470/2009, a administração do Banco avaliou juntamente com seus assessores jurídicos a conveniência de adesão à referida anistia e optou pelo parcelamento previsto na mesma. Como consequência, houve a desistência de diversos processos movidos pelo Banco. Os principais processos objeto de adesão foram: i) Compensação de créditos adquiridos de terceiros com outros tributos, ii) Contribuição para o financiamento da seguridade social ("COFINS") sobre receitas financeiras - Lei nº 9.718/98, iii) Contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") - isonomia da alíquota de 8%, iv) Programa de integração social ("PIS"), v) IRPJ - Glosa de prejuízo fiscal, e vi) Contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") - Empresa não empregadora. **Anistia fiscal - Lei 12.865/2013 e Lei 12.973/2014:** Tendo em vista a nova anistia prevista na Lei 12.865/2013 e Lei 12.973/2014, a administração do Banco em conjunto com assessores jurídicos optou pela desistência do parcelamento previsto na Lei 11.941/2009 e adesão à nova anistia com relação aos débitos do PIS e COFINS - Lei 9.718/98 e pagamento integral dos demais débitos anteriormente incluídos no parcelamento. Ainda dentro dessa nova anistia, houve adesão dos valores discutidos no processo referente incidência do Imposto sobre Operações Financeiras - IOF sobre ingresso de moeda estrangeira ocorrida em 1994.

**A DIRETORIA**

**RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA**

Em reunião do Comitê de Auditoria realizada em 30 de julho de 2014 e em reunião extraordinária realizada em 31 de julho de 2014, com base nas informações recebidas da Administração do Banco e de suas controladas, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e no diligenciamento e análises próprias, foi recomendada a aprovação pelo Conselho de Administração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas do Banco ABC Brasil S.A. referentes aos semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013.

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Ilmos. Srs. Diretores e Acionistas do

**Banco ABC Brasil S.A.**  
Examinamos as demonstrações financeiras do Banco ABC Brasil S.A. e as demonstrações financeiras consolidadas do Banco ABC Brasil S.A. e empresas controladas, que compreendem os balanços patrimoniais em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.  
**Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras**  
A Administração do Banco ABC Brasil S.A. e empresas controladas é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.  
**Responsabilidade dos Auditores Independentes**  
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco ABC Brasil S.A. e das demonstrações financeiras consolidadas do Banco ABC Brasil S.A. e empresas controladas para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco ABC Brasil S.A. e empresas controladas. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.  
**Opinião**  
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco ABC Brasil S.A., bem como a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco ABC Brasil S.A. e empresas controladas em 30 de junho de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.  
**Ênfase**  
**Reapresentação dos valores correspondentes**  
Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, certas informações correspondentes ao balanço patrimonial individual e consolidado, as demonstrações do resultado individual e consolidado, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, as demonstrações do fluxo de caixa individual e consolidada, as demonstrações do valor adicionado individual e consolidado e as notas explicativas, referente ao período anterior apresentados para fins de comparação, foram alteradas em relação àquelas anteriormente divulgadas

relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2013, pelas razões mencionadas na referida nota explicativa nº 2 e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23, ou CPC 23, (Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro). Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.  
**Outros assuntos**  
**Demonstração do valor adicionado**  
Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA) individual e consolidada para o semestre findo em 30 de junho de 2014, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.  
São Paulo, 31 de julho de 2014  
**ERNST & YOUNG**  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-25P015199/O-6  
Cláudio Serpejante Peppe  
Renato Nantes  
Contador CRC-1RJ115529/O-7-S-5P

Além dos processos incluídos na anistia antes citados, o Banco responde por ações e processos cujas perdas estão sendo consideradas com prognósticos possíveis por nossos assessores cujo detalhamento é o seguinte: **IRPJ e CSLL referente a não tributação de lucros acumulados de controlada estrangeira:** Em 2001, o Banco ajuizou medida judicial visando assegurar o direito de não adicionar aos seus resultados, para efeitos de apuração do IRPJ e da CSLL, os lucros acumulados e não disponibilizados pela subsidiária ABC BRASIL Banking Ltd., quando da alienação da participação societária naquela empresa. Atualmente a decisão em 1ª instância é favorável ao Banco. O valor total estimado da contingência corresponde a R\$ 9.194. **Imposto sobre serviços ("ISS"):** Trata-se de diversas medidas judiciais envolvendo Prefeituras Municipais e versa sobre recolhimentos de ISS, principalmente o incidente sobre rendas de garantias prestadas (aval e fiança), relativas às competências de 1994 a 2003. Tais valores correspondem a R\$ 1.576. **Encargos Previdenciários ("INSS"):** O Banco está defendendo autuação para pagamentos de encargos previdenciários, principalmente sobre valores pagos a título de participação nos lucros e resultados dos exercícios de 2006 a 2009 no valor de R\$ 52.852. **Compensações não homologadas:** Pagamento da COFINS sem incidência de multa com base no art.63 da Lei 9.430/96. **Aguardando julgamento das manifestações de inconformidade.** O valor da exigência monta a R\$ 2.920. Existem ainda exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, cuja principal discussão é descrita a seguir: **ISS - imposto sobre serviços:** Mandado de segurança visando suspender a exigibilidade do ISS sobre atividades de prestação de avais e fianças relativo ao período de 2007 a 2014 no valor de R\$ 30.875. **Contingências trabalhistas:** Em 30 de junho de 2014, o Banco era parte do polo passivo em 45 ações trabalhistas em andamento, cujo valor de contingência totalizava R\$ 4.828. O valor da contingência foi totalmente provisionado, levando em consideração a probabilidade de perda das referidas ações. **Contingências civis:** Em 30 de junho de 2014, o Banco e suas controladas eram parte em ações civis, perfazendo um valor total de R\$ 28.794. Resumimos a seguir as principais ações em que o Banco e suas controladas figuram como réu e são consideradas por nossos assessores jurídicos como possíveis: **a)** ação visando o pagamento de diferenças de preço de venda de títulos oferecidos para liquidação de empréstimos, cujo valor em discussão é de R\$ 11.223, sendo que até o momento a decisão é favorável ao Banco em 1ª instância; **b)** ação envolvendo pedido de anulação de lançamento de débito realizado na conta-corrente de empresa avulista em operação de crédito, cujo valor da contingência monta a importância de R\$ 12.870 e a chance de perda é considerada possível. Movimentação das provisões constituídas:

	Banco			Consolidado		
	Trabalhistas	Fiscais e obrigações legais	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais e obrigações legais	Cíveis
No início do semestre (reapresentado)	4.680	38.491	230	4.680	38.540	230
Constituição	750	3.131	-	750	3.131	-
Baixa	(602)	(247)	-	(602)	(247)	-
<b>No final do semestre</b>	<b>4.828</b>	<b>41.375</b>	<b>230</b>	<b>4.828</b>	<b>41.424</b>	<b>230</b>

**25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**a) Capital social:** Em 30 de junho de 2014, o capital social é representado por 151.043.019 ações nominativas (143.847.098 em 2013) escriturais e sem valor nominal, sendo 75.648.913 ações ordinárias (71.978.166 em 2013) e 75.394.106 ações preferenciais (71.868.932 em 2013). **b) Dividendos e juros sobre o capital próprio:** Conforme previsto no estatuto social do Banco, aos acionistas é assegurado o direito de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado na forma da lei. Tal dividendo pode, alternativamente, ser distribuído na forma de juros sobre o capital próprio. Durante os semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013, foram deliberadas pelos acionistas, a distribuição de juros sobre o capital próprio, calculados de acordo com os dispositivos da Lei nº 9.249/95, os quais são assim resumidos:

Data da deliberação	Juros sobre o capital próprio	Redução da despesa com imposto de renda e contribuição social
27/06/2014	47.766	19.106
27/06/2013	42.041	16.816

Os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados à variação da taxa de juros de longo prazo - TJLP, condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor.

**c) Aumento de capital:** Em 21 de março de 2013, foi homologado pelo Banco Central do Brasil o aumento de capital no valor de R\$ 36.290, correspondente a emissão de 3.434.698 novas ações nominativas, sendo 1.740.218 ações ordinárias e 1.694.480 ações preferenciais mediante a utilização de juros sobre o capital próprio e integralização em dinheiro conforme deliberado pelo Conselho de Administração em 28 de dezembro de 2012. Em 08 de abril de 2014, foi homologado pelo Banco Central do Brasil, o aumento de capital no valor de R\$ 37.065, correspondente a emissão de 3.810.370 novas ações, sendo 1.951.267 novas ações ordinárias e 1.859.103 novas ações preferenciais mediante a utilização do juros sobre capital próprio ou integralização em dinheiro deliberado pelo Conselho de Administração em 26 de dezembro de 2013. Em 27 de junho de 2014, o Conselho de Administração aprovou proposta da diretoria para distribuição de juros sobre o capital próprio no valor bruto total de R\$ 47.766, que representa um valor bruto de R\$ 0,3260 por ação ordinária e ação preferencial. Foi deliberado também proposta de aumento do capital social da Companhia, no valor de até R\$ 40.601, mediante a emissão de novas ações, para subscrição privada (subscrição particular) com a utilização de crédito dos juros sobre capital próprio ora aprovados. **d) Destinação dos lucros: i) Reserva de lucros - equalização de dividendos:** Por deliberação dos acionistas, através de Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2008, foi aprovada a criação da conta reserva de lucros para equalização de dividendos destinando para esta reserva o saldo da conta de lucros acumulados, limitada a 80% do capital social, sendo esta constituída como forma de manter o fluxo de remuneração aos acionistas. **ii) Reserva de Lucros - recompra de ações:** A reserva para recompra de ações é constituída para dar suporte a eventual abertura, após deliberação do Conselho de Administração, de programa de recompra de ações de emissão própria quando condições do mercado indicarem tal conveniência. **e) Ações em tesouraria:** Durante o semestre findo em 30 de junho de 2014, com base em autorização do Conselho de Administração para a aquisição de ações de emissão da Companhia para permanência em tesouraria, foram recompradas 1.429.400 ações preferenciais. Em 30 de junho de 2014, o valor total de ações recompradas em tesouraria é de R\$ 47.305 equivalente à 4.520.474 ações preferenciais (R\$17.392 equivalente a 2.126.501 em 2013). O custo médio por ação recomprada em tesouraria é de R\$ 10,46.

**Movimentação das ações em tesouraria**

	Banco e Consolidado
No início do semestre	3.318.318
Recompra	1.429.400
Ações entregues	(227.244)
No final do semestre	4.520.474

**26. LIMITE OPERACIONAL - ACORDO DA BASILEIA**

O Banco Central do Brasil, através das Resoluções nºs 4.192/13 e 4.178/13, instituiu a apuração do Patrimônio de Referência em bases consolidadas sobre o conglomerado financeiro e através da Resolução nº 4.193/13, instituiu a apuração do patrimônio de referência mínimo requerido para os ativos ponderados por risco (RWA), ambas com efeito a partir de outubro de 2013. O índice da Basileia para 30 de junho de 2014 apurado com base no conglomerado financeiro é de 13,98% e seria de 14,04% com base no conglomerado econômico financeiro (16,27% em 2013). O quadro abaixo demonstra a apuração do patrimônio de referência mínimo requerido para os ativos ponderados por risco (RWA) pela nova forma de cálculo:

	2014	2013
Risco de crédito	1.933.576	1.638.488
Taxa de juros	78.876	54.644
Commodities	1.457	4.209
Risco operacional	87.810	78.549
Cambial	17.379	43.321
Patrimônio de Referência Exigido - PRE	2.119.098	1.819.211
Patrimônio de Referência - PR	2.693.222	2.690.842
Excesso de patrimônio em relação ao limite	574.124	871.631

**27. OUTRAS INFORMAÇÕES**

Acordo de compensação e liquidação de obrigações - o Banco possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, de conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, resultando em maior garantia de liquidação de seus haveres para com instituições financeiras com as quais possui essa modalidade de acordo. O total de ativos mitigados por acordo de compensação em 30 de junho de 2014 foi de R\$ 30.488 (R\$ 359.528 em 2013).

**28. CONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DO LUCRO LÍQUIDO ENTRE BRGAAP E IFRS**

Apresentamos a seguir os principais ajustes identificados entre as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BRGAAP") e o IFRS, para os semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013.

	2014	2013 (reapresentado)
<b>Patrimônio líquido em BRGAAP</b>	<b>2.031.400</b>	<b>1.781.157</b>
Provisão para perdas sobre empréstimos e adiantamentos a clientes	a 60.967	56.250
Outros ajustes		